

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 31 DE OUTUBRO DE 2002

Dispõe sobre a progressão funcional e a promoção dos servidores do quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça nas carreiras judiciárias, em conformidade com as Leis nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996 e nº 10.475, de 27 de junho de 2002.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno e considerando o disposto nos arts. 2º e 7º da Lei n.º 9.421, de 24 de dezembro de 1996, com a redação dada pela Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002, bem como o que consta no Processo STJ n.º 5282/2002, ad referendum do Conselho de Administração, RESOLVE:

Art. 1º A progressão funcional e a promoção para o desenvolvimento dos servidores nas carreiras de Auxiliar Judiciário, Técnico Judiciário e Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça reger-se-ão de acordo com o estabelecido nesta Resolução.

Parágrafo único. Aplicam-se os dispositivos desta Resolução aos servidores integrantes das carreiras judiciárias do quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça cedidos na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 2º A progressão funcional consiste na elevação do servidor ao padrão imediatamente superior àquele em que estiver posicionado dentro da mesma classe da carreira, observado o interstício mínimo de um ano no respectivo padrão.

Parágrafo único. O interstício será computado em períodos corridos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data do início do exercício no respectivo padrão, sem qualquer dedução na contagem, ressalvado o disposto no art. 8º desta Resolução.

Art. 3º A progressão funcional realizar-se-á a cada ano de efetivo exercício, sendo concedida nos meses de maio ou novembro.

Art. 4º Somente será concedida progressão funcional ao servidor cujo desempenho registrado esteja dentro ou acima do esperado em, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos itens em que for avaliado, observado o disposto no art. 9º desta Resolução.

Art. 5º A promoção consiste na elevação do servidor para o primeiro padrão da classe imediatamente superior àquela em que estiver posicionado dentro da carreira, observado o interstício mínimo de um ano no último padrão da classe anterior.

Parágrafo único. O interstício será computado em períodos corridos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data do início do exercício no último padrão da classe anterior da respectiva carreira, sem qualquer dedução na contagem, ressalvado o disposto no art. 8º desta Resolução.

Art. 6º A promoção realizar-se-á a cada ano de efetivo exercício no último padrão das classes "A" e "B" da respectiva carreira e será concedida nos meses de maio ou novembro.

Art. 7º Somente será concedida promoção ao servidor cujo desempenho registrado esteja dentro ou acima do esperado em, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos itens em que for avaliado e que tenha participado de programa de capacitação.

Art. 8º Para os afastamentos que implicarem suspensão do interstício, a contagem de tempo será de acordo com a consequência do afastamento, conforme disposto na Lei n.º 8.112/90.

Art. 9º É vedada a progressão funcional durante o estágio probatório, findo o qual o servidor aprovado por resultado devidamente homologado fará jus à progressão funcional para o quarto padrão da classe "A" da respectiva carreira.



Art. 10. A progressão funcional e a promoção serão efetivadas em ato próprio, registradas no assentamento individual do servidor e divulgadas em veículo de publicação interna.

Art. 11. É assegurado o direito à progressão funcional ou à promoção, conforme os termos desta Resolução, ao servidor que se aposentar ou falecer sem que tenha sido expedido o respectivo ato.

Art. 12. Aos servidores que vierem a cumprir, até 31 de outubro de 2002, o interstício mínimo de um ano no último padrão das classes "A" e "B" da respectiva carreira, será exigida, para fins de promoção, além do disposto no art. 7º, a participação, com aproveitamento, no curso de Informações e Práticas Institucionais Estratégicas.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Resolução nº 12, de 19 de dezembro de 2001, e as demais disposições em contrário.

Ministro NILSON NAVES

